

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

2.º TRIMESTRE DE 2016

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental está feita tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento aprovado, em Novembro de 2015, pelo Conselho de Administração da APSS em funções nessa data.

O 2.º Trimestre de 2016 foi encerrado com Resultados Líquidos positivos de 2,2 milhões de euros, atingindo valores superiores ao previsto para este período em 39,5% (+635 mil euros).

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO JUN/2016	REAL JUN/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.063.559	2.920.267	856.708	41,5%
RESULTADOS FINANCEIROS	52.000	51.111	-889	-1,7%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.115.559	2.971.379	855.820	40,5%
IMPOSTOS	508.326	729.612	221.286	43,5%
RESULTADOS LÍQUIDOS	1.607.233	2.241.767	634.534	39,5%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS foi superior ao orçamentado em 41,5% (+857 mil euros). Os rendimentos operacionais registaram um decréscimo de 1,7% (-197 mil euros), compensado pelo decréscimo dos gastos operacionais (-11,2%; -1,05 milhões de euros).

- Gastos Operacionais

No período em análise, as rubricas de Gastos Operacionais foram inferiores ao orçamentado, sendo esta tendência contrariada apenas pelo aumento dos “*Outros Gastos e Perdas*” (+8,8%; +39 mil euros).

Preponderantes para a redução dos Gastos Operacionais, foram os “*Fornecimentos e Serviços Externos*” que registaram uma diminuição de 26,2% (-459 mil euros) face ao previsto para este período.

Para o facto contribuíram, essencialmente, as rubricas de “Trabalhos Especializados”, “Conservação e Reparação” e “Eletricidade”, que apresentaram significativos decréscimos face ao previsto.

Na rubrica de “*Trabalhos Especializados*” estão previstos em Orçamento diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado. Já no que refere à rubrica de “Conservação e Reparação”, o decréscimo resulta do facto de ainda não se terem realizado os trabalhos de dragagens de manutenção previstos para o corrente exercício.

O acréscimo de 8,8% (+39 mil euros) registado na rubrica de “*Outros Gastos e Perdas*” deve-se à estimativa da quota -parte (5%) a entregar à DGRM e ao IMT. Tendo em conta que o valor a entregar está calculado com base nos rendimentos efetivamente faturados (neste semestre existe um acréscimo de faturação resultante das ocupações cujo modo de pagamento é anual), pelo que este diferencial tenderá a anular-se ao longo do exercício de 2016.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2016	REAL JUN/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.753.692	1.294.926	-458.766	-26,2%
Trabalhos Especializados	292.666	224.781	-67.885	-23,2%
Publicidade e Propaganda	36.750	28.090	-8.660	-23,6%
Vigilância e Segurança	135.435	124.906	-10.529	-7,8%
Honorários	39.000	10.872	-28.128	-72,1%
Conservação e Reparação	443.013	165.226	-277.786	-62,7%
Ferramentas e Utensílios	3.500	734	-2.766	-79,0%
Livros e Documentação Técnica	950	1.893	943	99,2%
Material de Escritório	13.500	8.901	-4.599	-34,1%
Artigos para Oferta	1.750	1.035	-715	-40,8%
Electricidade	220.772	189.242	-31.530	-14,3%
Combustíveis	80.000	59.579	-20.421	-25,5%
Água	222.500	242.928	20.428	9,2%
Outros Flúidos	2.500	1.623	-877	-35,1%
Deslocações e Estadas	16.250	13.962	-2.288	-14,1%
Transp. Mercadorias/Pessoal	10.500	10.351	-149	-1,4%
Rendas e Alugueres	1.250	293	-957	-76,6%
Comunicações	47.307	40.916	-6.390	-13,5%
Seguros	17.100	16.509	-591	-3,5%
Contencioso e Notariado	15.000	4.549	-10.451	-69,7%
Despesas de Representação	10.000	4.767	-5.233	-52,3%
Limpeza/Higiene/Conforto	131.200	134.811	3.611	2,8%
Outros Fornecimentos e Serviços	12.750	8.957	-3.793	-29,8%
GASTOS COM PESSOAL	3.993.495	3.559.742	-433.753	-10,9%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.155.524	2.954.817	-200.708	-6,4%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.000	50.000	0	0,0%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	447.778	487.093	39.315	8,8%
GASTOS OPERACIONAIS	9.400.490	8.346.577	-1.053.912	-11,2%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.000	0	-1.000	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	9.401.490	8.346.577	-1.054.912	-11,2%

- **Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS registaram uma diminuição de 1,7% (-197 mil euros) face ao valor orçamentado para este período, destacando-se o decréscimo de ganhos nas rubricas dos “Serviços Portuários” (-3,5%;-109 mil euros) e “Taxas e Licenças” (-7,6%;-77 mil euros).

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO JUN/2016	REAL JUN/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.109.659	3.000.566	-109.093	-3,5%
TUP Navio	1.420.013	1.361.844	-58.169	-4,1%
Armazenagem	12.931	34.116	21.185	163,8%
Aluguer Equipamento	418	808	390	93,2%
Pilotagem	1.620.000	1.555.049	-64.951	-4,0%
Fornecimento Pessoal	7.439	13.670	6.232	83,8%
Estacionamento (TES)	14.459	9.328	-5.131	-35,5%
Outros	34.400	25.750	-8.649	-25,1%
TAXAS E LICENÇAS	1.011.357	934.811	-76.546	-7,6%
Taxas de Ocupação	805.562	768.105	-37.457	-4,6%
Licenças Diversas	23.674	34.323	10.649	45,0%
Náutica de Recreio	182.121	132.383	-49.738	-27,3%
CONCESSÕES	5.073.880	5.169.532	95.652	1,9%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.115.766	1.072.710	-43.056	-3,9%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.059.559	2.184.521	124.962	6,1%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	200.470	205.242	4.772	2,4%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	73.655	77.324	3.669	5,0%
Concessão Praias do Sado	141.209	129.743	-11.466	-8,1%
Concessão Autoeuropa	259.134	259.056	-79	0,0%
Concessão Tanquisado	38.974	38.974	0	0,0%
Concessão Secil	313.174	347.602	34.427	11,0%
Concessão Teporset	320.345	320.282	-63	0,0%
Concessão Uralada	37.227	37.402	175	0,5%
Concessão Portugália	6.954	7.408	454	6,5%
Concessão Granosalis	0	0	0	0,0%
Concessão Docapesca	132.091	141.759	9.668	7,3%
Concessão Clube Naval Sesimbra	17.953	18.038	85	0,5%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	148.266	152.528	4.262	2,9%
Concessão Repsol	20.324	20.335	12	0,1%
Concessão Atlantic Ferries	126.030	126.073	43	0,0%
Concessão Marina Tróia	14.449	13.793	-656	-4,5%
Concessão Artesanalpesca	16.666	16.744	78	0,5%
Concessão Marina Marbelha	29.115	0	-29.115	-100,0%
Concessão Sara Alves Silva	2.520	0	-2.520	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	50.000	21.151	-28.849	-57,7%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	20.000	17.786	-2.214	-11,1%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.199.153	2.122.998	-76.154	-3,5%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	11.464.049	11.266.845	-197.204	-1,7%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	53.000	51.111	-1.889	-3,6%
TOTAL RENDIMENTOS	11.517.049	11.317.956	-199.093	-1,7%

No decréscimo de rendimentos resultantes dos “*Serviços Portuários*” destacam-se os obtidos com a TUP Navio (-4,1%; -58 mil euros) e Taxa de Pilotagem (-4%; -65 mil euros).

Os valores obtidos no trimestre em análise, nomeadamente no que se refere à TUP Navio e Taxa de Pilotagem, contrariam a execução dos indicadores de atividade, conforme pode ser analisado no mapa abaixo. Apesar dos indicadores de atividade apresentarem valores superiores aos estimados para este período, existem outras variáveis que estão a afetar negativamente os rendimentos desta natureza, nomeadamente o aumento dos descontos atribuídos, como por ex. linha regular, não previstos aquando da elaboração do orçamento.

Indicadores de Atividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2016	2.º TRIM/16	2.º TRIM/16		%
Mercadoria (Ton)	7.800.000	3.900.000	3.962.005	62.005	1,6%
N.º de Navios Ati. Com. (Un.)	1.517	759	829	70	9,2%
Gross Tonn Nav.Ati.Com. (GT)	18.242.000	9.121.000	9.861.224	740.224	8,1%

O rendimento resultante das **“Concessões Portuárias”** registou uma variação positiva de 2,5% (+113 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, destacando-se as concessões do Terminal Multiusos – Zona 2 e Terminal Secil, com variações de 6,1% e 11%, respetivamente. Pela negativa, destaca-se a concessão do *Terminal Multiusos – Zona 1 e Terminal Praias do Sado*, com uma variação de -3,9% (-43 mil euros) e 8,1% (-11 mil euros), respetivamente, face ao estimado para o período em análise.

Globalmente, as **“Concessões Não Portuárias”** registaram um decréscimo (-18 mil euros) face à estimativa para o 2.º trimestre de 2016, devido, essencialmente, às concessões da:

- *Marina Marbelha*: devido à resolução de questões de natureza contratual, não foi emitida qualquer faturação referente ao ano de 2016.
- *Sara Alves Silva*: ainda não se verificou a sua adjudicação.

Os rendimentos com **“Taxas e Licenças”** registaram uma variação negativa de 7,6% (-77 mil euros) face ao valor orçamentado, devido ao decréscimo de rendimentos provenientes das taxas de ocupação (-4,6%; -37 mil euros) e da Náutica de Recreio (-27,3%; -50 mil euros). Para 2016 foi prevista a exploração das áreas na Doca dos Pescadores, após a realização da empreitada de “Aproveitamento da área Líquida da Doca dos Pescadores”, no entanto, até à data, ainda não foi contabilizado qualquer rendimento, justificando, em parte, a quebra dos rendimentos previstos para a Náutica de Recreio.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros, não sendo relevantes, registaram um valor ligeiramente inferior ao orçamentado em 1,7% (-889 euros).

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2016/REAL 2015

A Conta de Exploração do 2.º Trimestre de 2016 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 2,2 milhões de euros, ou seja, equivalentes aos Resultados obtidos em igual período de 2015, devido essencialmente à quase compensação entre o crescimento dos resultados operacionais e a quebra registada dos Resultados Financeiros (+ 15 mil euros e - 21 mil euros).

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 730 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL JUN/2015	REAL JUN/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.905.061	2.920.267	15.207	0,5%
RESULTADOS FINANCEIROS	72.593	51.111	-21.481	-29,6%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.977.653	2.971.379	-6.275	-0,2%
IMPOSTOS	740.924	729.612	-11.313	-1,5%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.236.729	2.241.767	5.038	0,2%

Resultados Operacionais

A melhoria dos Resultados Operacionais face ao período homólogo de 2015 ficou a dever-se a um decréscimo dos gastos operacionais em 4,2% (-368 mil euros), essencialmente, pela não realização de trabalhos de dragagens de manutenção dos canais do porto de Setúbal no ano de 2016, o que permitiu compensar a diminuição dos rendimentos operacionais (-3%; -353 mil euros), decorrente da quebra dos rendimentos da TUP Navio e de algumas Concessões Portuárias e Não Portuárias.

Ao analisar em pormenor as variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2015, salienta-se:

Gastos Operacionais

A redução de 368 mil euros dos Gastos Operacionais é justificada pela diminuição registada na rubrica de *Fornecimentos e Serviços Externos* (-20,1%; -325 mil euros) e *Provisões* (-100%; -150 mil euros). Esta variação não foi superior tendo em conta o aumento registado nos *Gastos com Pessoal* (+2,7%; +95 mil euros).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2015	REAL JUN/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.619.852	1.294.926	-324.927	-20,1%
Trabalhos Especializados	222.861	224.781	1.920	0,9%
Publicidade e Propaganda	20.227	28.090	7.863	38,9%
Vigilância e Segurança	127.081	124.906	-2.175	-1,7%
Honorários	19.546	10.872	-8.674	-44,4%
Conservação e Reparação	496.142	165.226	-330.916	-66,7%
Ferramentas e Utensílios	1.810	734	-1.076	-59,4%
Livros e Documentação Técnica	1.922	1.893	-29	-1,5%
Material de Escritório	11.567	8.901	-2.667	-23,1%
Artigos para Oferta	2.845	1.035	-1.810	-63,6%
Electricidade	193.137	189.242	-3.895	-2,0%
Combustíveis	76.388	59.579	-16.809	-22,0%
Água	222.313	242.928	20.615	9,3%
Outros Fluídos	2.511	1.623	-888	-35,4%
Deslocações e Estadas	10.402	13.962	3.560	34,2%
Transp. Mercadorias/Pessoal	11.730	10.351	-1.378	-11,8%
Rendas e Alugueres	3.579	293	-3.286	-91,8%
Comunicações	38.896	40.916	2.020	5,2%
Seguros	18.225	16.509	-1.716	-9,4%
Contencioso e Notariado	3.188	4.549	1.361	42,7%
Despesas de Representação	6.534	4.767	-1.767	-27,0%
Limpeza/Higiene/Conforto	119.868	134.811	14.943	12,5%
Outros Fornecimentos e Serviços	9.079	8.957	-122	-1,3%
GASTOS COM PESSOAL	3.464.752	3.559.742	94.990	2,7%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.951.998	2.954.817	2.818	0,1%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.000	50.000	0	0,0%
PROVISÕES	150.000	0	-150.000	-100,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	477.943	487.093	9.151	1,9%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	8.714.546	8.346.577	-367.968	-4,2%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	795	0	-795	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	8.715.341	8.346.577	-368.763	-4,2%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (-20,1%; -325 mil euros)**

O decréscimo de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se a um conjunto de rubricas, com especial destaque para:

- Conservação e Reparação: -66,7% (-331 mil euros)
O decréscimo dos gastos desta natureza, comparativamente com igual período de 2015, deve-se à não realização de trabalhos de dragagens de manutenção nos canais de navegação e bacias de manobra e estacionamento, no ano de 2016.

Contrariando a tendência das restantes rubricas desta natureza, os gastos com Água registaram um acréscimo de 9,3% (+21 mil euros), quando comparados com igual período de 2015. Este acréscimo verificou-se, exclusivamente, no consumo de água no porto de Sesimbra (+23,4 mil euros; +16,7%), sendo que no Porto de Setúbal registou-se uma quebra de 3,5% (-2,8 mil euros). O aumento dos gastos em Sesimbra não resultou de um acréscimo da venda de água a terceiros, isto porque os rendimentos decorrentes da venda de água, registaram um acréscimo de apenas 4,1% (+4 mil euros), comparativamente com o ano de 2015.

Os gastos com Limpeza/Higiene/Conforto também sofreram um acréscimo de 12,5% (+15 mil euros) relativamente a 2015, devido ao aumento das áreas de limpeza sob a responsabilidade da APSS.

✓ **Gastos com Pessoal (+2,7%; +95 mil euros)**

Os Gastos com Pessoal sofreram um aumento de 2,7% quando comparado com igual período de 2015, reflexo da entrada de colaboradores depois do 2.º trimestre de 2015. Verificou-se o regresso de dois colaboradores que se encontravam em Licença sem vencimento e foram admitidos três novos colaboradores, para a área de Pilotagem e VTS.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (-4,3%; -136 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2015 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	JUNHO/2016	JUNHO/2015	VAR.16/15
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	3.962.005	4.054.350	-2,3%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	829	733	13,1%
Total GT (Ton)	9.861.224	9.207.305	7,1%

Com exceção da Movimentação de Mercadorias que registou uma ligeira quebra (-92.345 ton), os restantes indicadores revelam uma melhoria na movimentação portuária, com um aumento do número de navios (+96) conjugado com o aumento do respetivo GT (+653.919 ton).

Apesar da melhoria dos indicadores portuários, não se verificou um reflexo direto nos rendimentos resultantes dos “Serviços Portuários”, quando comparado com período homólogo de 2015. E para esta variação negativa contribuíram as rubricas da TUP Navio (-9,8%; -148 mil euros) e Outros Serviços Portuários (-38,4%; -16 mil euros).

Através do quadro seguinte, podemos avaliar em que tipo de Navio se verificou a maior variação face ao ano de 2015, concluindo-se que o decréscimo global registado na rubrica de TUP Navio está relacionado com uma quebra nos rendimentos resultantes da TUP Graneleiros e TUP Navios RoRo, com decréscimos de 37,5% e 19,5%, respetivamente.

TUP NAVIO	2.º TRIMESTRE		VARIACÃO	
	2015	2016		%
Contentores	148.579	168.331	19.753	13,3%
Graneleiros	403.916	252.507	-151.409	-37,5%
Passageiros	0	758	758	100,0%
Ro-Ro	381.385	306.857	-74.528	-19,5%
Navios Tanque	211.562	227.725	16.163	7,6%
Restantes Embarcações	348.836	382.061	33.225	9,5%
Taxa de Recolha de Resíduos	15.841	23.605	7.764	49,0%
TOTAL	1.510.118	1.361.844	-148.273	-9,8%

Unid. Euros

O decréscimo da TUP Navio Graneleiros está relacionado, em parte, com a redução no n.º de navios bem como do respetivo GT, conforme se conclui dos mapas seguintes:

N.º Navios	Real 2015	Real 2016	Variacão	
Carga Geral	343	338	-5	-1,5%
RORO	152	175	23	15,1%
G. Liquidos	47	40	-7	-14,9%
Graneleiros	53	41	-12	-22,6%
Contentores	138	235	97	70,3%
	733	829	96	13,1%

GT	Real 2015	Real 2016	Variacão	
Carga Geral	1.522.166	1.465.233	-56.933	-3,7%
RORO	4.944.762	5.185.572	240.810	4,9%
G. Liquidos	227.582	184.598	-42.984	-18,9%
Graneleiros	1.191.188	925.157	-266.031	-22,3%
Contentores	1.321.607	2.100.664	779.057	58,9%
	9.207.305	9.861.224	653.919	7,1%

No entanto, as variações ocorridas nos rendimentos com TUP Navio, não estão apenas relacionadas a movimentação portuária, mas também com a ocorrência de algumas situações específicas com impacto nos valores obtidos, quando comparado com o ano de 2015:

- no caso da TUP Navio Graneleiros, no 1.º trimestre de 2015, registou-se a permanência prolongada de um navio no Fundeadouro (aguardava a entrada na Lisnave para reparação), cujo rendimento ascendeu, aproximadamente, a 80 mil euros.
- a quebra da TUP Navios RoRo está também relacionada com um aumento significativo dos descontos de Linha Regular, que, em algumas casos, no ano de 2015 rondava os 26% e em 2016 ascenderam aos 40%.

No 1.º trimestre de 2015, foi assinado e faturado um novo contrato, no entanto a faturação referente ao ano de 2016 ainda não foi faturada, justificando assim a quebra dos rendimentos com Outros Serviços Portuários (-38,4%; -16 mil euros).

✓ **Concessões (-1,5%; -80 mil euros)**

As *Concessões Portuárias* registaram um acréscimo de 1,8% (+84 mil euros) face ao 2.º trimestre de 2015, resultante da *Concessão Multiusos – Zona 2*, que em termos de movimentação portuária teve um acréscimo de 19,7% face a igual período de 2015, refletindo-se num aumento dos rendimentos de 9,7% (+193 mil euros).

Por outro lado registaram-se variações negativas de maior relevo nas seguintes concessões:

- *Concessão Multiusos – Zona 1*, cujo rendimento decresceu em 5,3% (-60 mil euros), face a igual período de 2015, devido, nomeadamente, a uma quebra na movimentação portuária de 9,5%.
- *Concessão Secil*, que registou uma redução da movimentação portuária de 20,5%, com efeitos diretos nos rendimentos na ordem dos 5,2% (-19 mil euros).

Em termos globais, as *Concessões não Portuárias* registaram um decréscimo de 24,8% (-164 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2015.

As concessões que contribuíram para o referido decréscimo de rendimentos, foram:

- *Concessão Marina Marbella* – devido à resolução de questões de natureza contratual, não foi emitida qualquer faturação referente ao ano de 2016, justificando a variação negativa de 100% nos rendimentos.
- *Concessão da Granosalis* (-100%; -29 mil euros), que se deve ao facto do contrato de concessão ter sido revogado.

✓ **Outros Rendimentos e Ganhos (-6,5%; -147 mil euros)**

Em 2015, registou-se um acréscimo de rendimentos nesta rubrica devido ao débito de juros de mora resultante do pagamento de uma dívida em atraso (60 mil euros). Sendo rendimentos de carácter pontual, justifica uma variação tão significativa face a igual trimestre do corrente ano.

O reconhecimento dos Subsídios ao Investimento, como rendimento do exercício, também sofreu um decréscimo face ao ano anterior (-55 mil euros), resultante da amortização total dos projetos de investimento respetivos.

Resultados Financeiros

Em Janeiro de 2011, foi efetuada a liquidação total e antecipada do empréstimo contraído junto do Banco BPI, passando a situação a ser de endividamento nulo, razão pela qual não existem gastos de natureza financeira.

Por outro lado, os juros resultantes das aplicações financeiras dos meios libertos de tesouraria registaram um decréscimo face ao 2.º trimestre de 2015, devido à contínua redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL JUN/2015	REAL JUN/2016	DIF. (R16-R15)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.136.125	3.000.566	-135.559	-4,3%
TUP Navio	1.510.118	1.361.844	-148.273	-9,8%
Armazenagem	17.068	34.116	17.049	99,9%
Aluguer Equipamento	1.538	808	-730	-47,5%
Pilotagem	1.551.369	1.555.049	3.680	0,2%
Fornecimento Pessoal	7.373	13.670	6.297	85,4%
Estacionamento (TES)	6.861	9.328	2.468	36,0%
Outros	41.798	25.750	-16.048	-38,4%
TAXAS E LICENÇAS	941.733	934.811	-6.922	-0,7%
Taxas de Ocupação	768.658	768.105	-553	-0,1%
Licenças Diversas	35.869	34.323	-1.546	-4,3%
Náutica de Recreio	137.206	132.383	-4.823	-3,5%
CONCESSÕES	5.249.924	5.169.532	-80.392	-1,5%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.132.937	1.072.710	-60.227	-5,3%
Concessão Multiusos - Zona 2	1.992.009	2.184.521	192.512	9,7%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	201.559	205.242	3.683	1,8%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	85.315	77.324	-7.990	-9,4%
Concessão Praias do Sado	138.473	129.743	-8.730	-6,3%
Concessão Autoeuropa	257.845	259.056	1.211	0,5%
Concessão Tanquisado	57.666	38.974	-18.692	-32,4%
Concessão Secil	366.744	347.602	-19.143	-5,2%
Concessão Teporset	319.403	320.282	879	0,3%
Concessão Uralada	37.227	37.402	175	0,5%
Concessão Portugalia	7.373	7.408	35	0,5%
Concessão Granosalis	28.517	0	-28.517	-100,0%
Concessão Docapesca	129.755	141.759	12.004	9,3%
Concessão Clube Naval Sesimbra	17.329	18.038	709	4,1%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	147.852	152.528	4.676	3,2%
Concessão Repsol	20.240	20.335	95	0,5%
Concessão Atlantic Ferries	125.700	126.073	373	0,3%
Concessão Marina Tróia	8.698	13.793	5.095	58,6%
Concessão Artesanalpesca	16.666	16.744	78	0,5%
Concessão Marina Marbelha	158.617	0	-158.617	-100,0%
Concessão Sara Alves Silva	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	0	21.151	21.151	100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	21.652	17.786	-3.865	-17,9%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.270.173	2.122.998	-147.175	-6,5%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	11.619.606	11.266.845	-352.762	-3,0%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	73.388	51.111	-22.276	-30,4%
TOTAL RENDIMENTOS	11.692.994	11.317.956	-375.038	-3,2%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 504 mil euros, que representa 4,6% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- A contínua elaboração de estudos no âmbito do projeto “*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”.
- A execução da empreitada de “*Recuperação e Valorização do Sapal e do Estuário do Sado*”, com investimento de 32 mil euros, no período em análise.
- No âmbito do projeto “*Melhoria da Eficiência Energética*”, foram realizados diversos trabalhos desta natureza, como por ex. “*Remodelação das Instalações Elétricas do Edifício dos Pilotos*”, “*Substituição dos projetores das torres de iluminação do porto de Sesimbra*” e “*Fornecimento/Montagem de uma Unidade de Tratamento de Ar Novo*”.
- A conclusão do projeto “*Aproveitamento da área líquida junto ao molhe exterior da doca de pesca*”, que teve início no ano de 2015, e cujo investimento total ascendeu a 518 mil euros. Este projeto tem financiamento comunitário no âmbito do PROMAR.

PROJECTOS	2016	jun-16
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	675.000	78.774
Ampliação da área de estacionamento e melhoria de acessos ao TMS2	1.000.000	974
Reparação de Infraestruturas no Terminal Roll-on Roll-Off	900.000	
Requalificação no Terminal TMS 1	2.750.000	
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	650.000	20.850
Requalificação do Terminal TERMITRENA/TEPORSET	1.000.000	
PORT OF SETÚBAL PLUS	50.000	
Sistema de Informação Portuário	525.000	
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Rec. e valorização do Sapal e do estuário do Sado e desenv. de um Observatório de Aves	75.000	31.732
Melhoria da Eficiência Energética	239.500	135.481
Lancha de Pilotagem	300.000	
Melhoria do Assinalamento Marítimo	15.000	26.645
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	205.000	
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	25.000	
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	630.000	88.152
Ordenamento do porto de Sesimbra	117.500	4.716
PORTO-CIDADE		
Outras intervenções na zona ribeirinha	940.000	29.359
Requalificação da zona nascente da Doca de Recreio das Fontainhas	450.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	189.000	1.709
OUTROS INVESTIMENTOS	232.330	85.988
TOTAL	10.968.330	504.381

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de Fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	30-09-2015	31-12-2015	31-03-2016	30-06-2015
Prazo Médio de Pagamentos	56	54	52	56

Por norma, todos os contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços são negociados com um Prazo de Pagamento, máximo, de 60 dias (da data de emissão da fatura). Habitualmente este prazo é cumprido, contudo existem algumas exceções devido ao tempo necessário na obtenção/análise de esclarecimentos que resultam num dilatar do prazo acordado e, em consequência, do prazo médio de pagamentos.

Exemplo disso é um conjunto de faturas relativamente às quais a APSS não concorda com o seu pagamento.

Considerando para o respetivo cálculo o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006, o prazo médio de pagamentos é conforme se pode verificar no quadro seguinte:

PMP	30-09-2015	31-12-2015	31-03-2016	30-06-2016
Prazo Médio de Pagamentos	70	65	65	70

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-06-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos Intangíveis		52.740,71	44.790,53
Ativos fixos tangíveis		83.003.871,71	85.462.257,04
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		276,96	86,21
Ativos por impostos diferidos		365.994,52	367.618,30
		83.422.883,90	85.874.752,08
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		1.767.359,26	2.614.533,26
Adiantamentos a fornecedores		590,00	590,00
Estado e outros entes públicos		169.046,11	62.216,88
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		749.790,33	95.469,30
Diferimentos		16.674,16	95.262,28
Caixa e depósitos bancários		27.329.950,24	23.145.619,21
		30.033.410,10	26.013.690,93
Total do Ativo		113.456.294,01	111.888.443,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão			
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		32.070.515,60	30.347.760,41
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.065.222,38	810.139,39
Resultados transitados		20.620,19	20.620,19
Outras variações no capital próprio		28.093.226,05	29.071.305,96
		79.539.646,68	78.539.888,41
Resultado líquido do período		2.241.767,04	3.700.593,37
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		81.781.413,72	82.240.481,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		537.944,56	544.572,22
Passivos por impostos diferidos		409.381,71	370.076,42
Outras Contas a Pagar		8.348.829,70	8.639.207,97
Diferimentos		13.225.031,09	13.603.364,81
		23.012.161,70	23.648.196,05
Passivo corrente			
Fornecedores		708.714,64	857.417,25
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		1.401.141,09	339.776,74
Acionistas/sócios		1.722.755,19	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		1.906.182,46	2.956.049,53
Diferimentos		2.923.925,21	1.846.521,66
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		8.662.718,59	5.999.765,18
Total do Passivo		31.674.880,29	29.647.961,23
Total do Capital Próprio e do Passivo		113.456.294,01	111.888.443,01

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-06-2016	30-06-2015
Vendas e Serviços Prestados		9.194.896	9.104.909	9.327.781
Trabalhos para a própria entidade		50.000	21.151	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-1.753.692	-1.294.926	-1.619.852
Gastos com o pessoal		-3.993.495	-3.559.742	-3.464.752
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-30.000	-32.214	-28.348
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	-150.000
Outros rendimentos e ganhos		826.681	827.528	919.577
Outros gastos e perdas		-447.778	-487.093	-477.943
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.846.612	4.579.614	4.506.462
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.155.524	-2.954.817	-2.951.998
Subsídios ao Investimento		1.372.472	1.295.470	1.350.597
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.063.559	2.920.267	2.905.061
Juros e rendimentos similares obtidos		53.000	51.111	73.388
Juros e gastos similares suportados		-1.000	0	-795
Resultados antes de impostos		2.115.559	2.971.379	2.977.653
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-464.007	-688.682	-690.220
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-44.319	-40.929	-50.705
Resultado Líquido do Período		1.607.233	2.241.767	2.236.729
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		1.607.233	2.241.767	2.236.729
Interesses Minoritários				
		1.607.233	2.241.767	2.236.729
Resultado por acção básico		0,53	0,74	0,74

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal no Volume de Negócios.

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 30/6/2016:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2016	REAL JUN/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.753.692	1.294.926	-458.766	-26,2%
GASTOS COM PESSOAL	3.993.495	3.559.742	-433.753	-10,9%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.747.187	4.854.668	-892.519	-15,5%
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.569.908	9.487.060	-82.848	-0,9%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	60,1%	51,2%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-14,8 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2015	REAL JUN/2016	DIF. (16-15)	% (16-15)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.619.852	1.294.926	-324.927	-20,1%
GASTOS COM PESSOAL	3.464.752	3.559.742	94.990	2,7%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.084.605	4.854.668	-229.937	-4,5%
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.697.481	9.487.060	-210.420	-2,2%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	52,4%	51,2%		
VARIAÇÃO REAL16/REAL15	-2,4 p.p.			

Quando comparado com o previsto em termos orçamentais e reais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios foi atingida, verificando-se uma redução de 14,8 p.p e 2,4 p.p, respetivamente.

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se um decréscimo dos gastos por tonelada quer quando comparado com o realizado em igual período do ano de 2015, quer quando comparado com o valor orçamentado para este período.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2016	REAL JUN/2016	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.747.187	4.854.668	-892.519	-15,5%
TONELADAS MOVIMENTADAS	3.900.000	3.962.005	62.005	1,6%
GASTOS POR TONELADA	1,47	1,23		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-16,9 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2015	REAL JUN/2016	DIF. (16-15)	% (16-15)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	5.084.605	4.854.668	-229.937	-4,5%
TONELADAS MOVIMENTADAS	4.054.350	3.962.005	-92.345	-2,3%
GASTOS POR TONELADA	1,25	1,23		
VARIAÇÃO REAL15/REAL14	-2,3 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Até ao final do 2.º trimestre de 2016, a APSS efetuou a seguinte adjudicação de prestações de serviços, que se enquadra nos parâmetros atrás referidos.

- Adjudicação, em 22/06/2016, à empresa *EDP Comercial*, o fornecimento de energia elétrica em M.T e B.T.E, para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, no montante de 418.051,47 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DE 2016

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 1.º semestre de 2016.

O presente relatório abarca o primeiro semestre de 2016 uma vez que só após a conclusão da última Assembleia Geral anual da APSS, realizada em 29 de junho de 2016, que deliberou sobre a substituição do representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda, com efeitos a 15 de abril de 2016, e sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato 2016-2018, o Conselho Fiscal reuniu condições para solicitar o parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e emitir o seu parecer, não obstante os trabalhos desenvolvidos ao longo de todo o período de análise e acompanhamento da atividade da sociedade, designadamente mediante contactos com as diferentes Administrações e com a Direção Financeira da APSS.

Assim, o presente relatório versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos entre os valores executados até ao final do 2.º trimestre de 2016 e os verificados no período homólogo. De igual forma são evidenciados os desvios verificados entre os valores executados durante o 1º semestre de 2016 e os orçamentados para esse período de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da APSS, datado de 13 novembro de 2015 e objeto de parecer do Conselho Fiscal de 13 de janeiro de 2016, pese embora o mesmo não tenha sido ainda objeto de aprovação por parte dos membros do Governo responsáveis pela respetiva área sectorial e das finanças¹.

¹ A APSS por ofício de 1 de agosto de 2016 dirigido à tutela sectorial solicitou o excecionamento de algumas disposições relativas ao Sector Empresarial do Estado, nos termos do Decreto de Execução Orçamental, tendo como objetivo obter a aprovação do PAO para 2016.

O presente relatório abrange, assim, o conjunto de factos ocorridos durante o 1.º semestre de 2016 e foi emitido com base nos Relatórios Económico-Financeiros do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 2.º trimestre de 2016, bem como do Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 27 de outubro 2016, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 1.º semestre de 2016, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- O Resultado líquido no final do 2.º trimestre de 2016 atingiu o montante de cerca de 2,2 milhões de euros, situando-se bastante acima do valor orçamentado (em cerca de 39,5%, correspondente a cerca de 634,5 mil euros), ainda que, a um nível bastante semelhante ao verificado no período homólogo (cerca de + 0,2%, correspondente a cerca de 5 mil euros).
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional que alcançou, no final do 2º trimestre, o valor de cerca de 2.920 mil euros, cerca de 41,5% acima do previsto no orçamento (correspondente, a cerca de 856,7 mil euros) e cerca de 0,5% acima do verificado no período homólogo (correspondente, a cerca de 15,2 mil euros).
- Relativamente à variação positiva verificada no resultado operacional, em relação ao valor orçamentado, tal fundamenta-se numa redução dos gastos operacionais superior à redução verificada nos rendimentos operacionais, destacando-se os seguintes desvios:
 - i) redução da rubrica de FSE, em particular dos gastos de conservação e reparação face à ausência, até à data, dos trabalhos de dragagens de manutenção;

- ii) redução dos gastos com pessoal justificado pelo facto dos valores orçamentados considerarem os respetivos duodécimos vencidos enquanto que os valores reais têm em conta o princípio da especialização do exercício;
 - iii) redução dos rendimentos provenientes dos serviços portuários, em particular do TUP navio e da taxa de pilotagem que, de *per si* não refletem a movimentação portuária verificada no 1º semestre do ano de 2016, mas sim, outras variáveis, tais como, os efeitos da política comercial de descontos não quantificada nem refletida no PAO.
- Quanto à variação verificada no resultado operacional relativamente ao período homólogo (de sinal positivo embora residual) e à semelhança das justificações referidas para os desvios verificados em relação aos montantes orçamentados, constata-se que a redução dos gastos operacionais superou a dos rendimentos, destacando-se, a ao nível dos gastos, a redução na rubrica de e conservação e reparação uma vez que não foram no corrente ano efetuados os trabalhos de dragagens de manutenção bem como não houve necessidade de reforçar a constituição de provisões tal como verificado no ano transato decorrente do processo da Tersado S.A.;

Quanto à redução dos rendimentos operacionais, destaca-se o decréscimo dos provenientes da TUP navio, em particular nos casos da TUP navios Graneleiros e RoRo que, segundo a APSS, estão relacionados com fatores de natureza diversa, tais como a permanência prolongada no porto de um navio graneleiro em 2015 (que permitiu atingir valores mais significativos em 2015) e o aumento dos descontos de linha regular que provocou uma redução da TUP RoRo. Acresce ainda referir a redução dos rendimentos provenientes das concessões, em particular da concessão da Marina Marbelha, cujo impacto não foi maior face ao efeito positivo dos rendimentos provenientes da concessão multiusos - Zona 2, e ainda a redução de "outros rendimentos e ganhos" que traduz rendimentos de carácter pontual e por conseguinte fortemente influenciáveis por fatores esporádicos.

- O Resultado financeiro no final do 2.º trimestre de 2016 atingiu o montante de cerca de 51 mil euros, sem peso expressivo no resultado líquido alcançado;

Evidencia-se, no entanto, a manutenção da situação de endividamento remunerado nulo, razão pela qual a empresa não apresenta gastos de natureza financeira desde janeiro de 2011;

Salienta-se, ainda, que embora a APSS concentre as disponibilidades e aplicações financeiras na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E (IGCP), a empresa detinha no final do 2.º trimestre três contas junto de instituições bancárias representando, com um saldo residual de disponibilidades de cerca de 1,6% em relação ao total de Caixa e depósitos bancários. De acordo com informação prestada pela APSS estas contas visam apenas satisfazer pagamentos de serviços cujos recursos disponibilizados pelo IGCP não dão a resposta mais adequada. Por conseguinte será solicitado, à semelhança do efetuado em anos anteriores, a autorização de dispensa parcial do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria no que se refere a essas operações.

- O acréscimo da movimentação portuária no porto de Setúbal, destacando-se que se constata um acréscimo do n.º de navios que escalaram no porto de Setúbal, até ao final do 1.º semestre de 2016, relativamente ao verificado no 1.º semestre de 2015, de cerca de 13,1% (+ 96) em particular Navios RoRo e Contentores, embora, se tenha registado uma pequena quebra na movimentação de mercadorias de cerca de 2,3% (-92.345 Ton). Mais se evidencia que os indicadores de movimentação portuária relativos ao 1.º semestre de 2016 registam valores acima dos previstos no PAO.
- O decréscimo do peso dos gastos operacionais, ao nível do FSE e Gastos com pessoal, no volume de negócios (variação de cerca de -2,4 pp resultante da comparação dos valores verificados no final do 2.º semestre de 2016 com os ocorridos no final do período homólogo). Tal variação justifica-se, essencialmente, pela redução dos gastos com FSE superior à redução do volume de negócios, influenciados pela redução dos custos associados aos trabalhos de dragagens de manutenção, conforme já referido. Sem prejuízo do exposto e embora sem expressão significativa, registaram-se acréscimos

das rubricas de gastos com comunicações e deslocações, com ajudas de custo e alojamento, bem como dos custos associados à frota automóvel, relativamente ao período homólogo;

Refira-se ainda que no semestre em causa constatam-se acréscimos nos encargos com pessoal, relativamente aos valores registados no período homólogo, que decorrem do facto da APSS ter recrutado novos trabalhadores no 2.º semestre de 2015, devidamente autorizados nos termos da legislação vigente para as empresas do SEE e cujo principal impacto salarial só se fez sentir em 2016.

- A execução do plano de investimentos até ao final do 2.º trimestre de 2016 foi de cerca de 504 mil euros, correspondente apenas a cerca de 4,6% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, destacando-se o facto do plano de reabilitação das infraestruturas portuárias que estava subjacente à criação de condições que permitissem a entrada de navios de maior dimensão encontrar-se ainda numa fase preliminar. Sobre este aspeto foi evidenciado pela APSS a necessidade de realização previa de estudos ambientais, o que aliado ao facto do PAO não se encontrar ainda aprovado poderá comprometer a execução do plano de investimentos em 2016, conforme inicialmente previsto.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 2.º trimestre de 2016, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 56 dias (não considerando as faturas, no montante de 277 mil euros, de 2005 e 2006 não aceites pela APSS mencionadas em anteriores relatórios), registando um acréscimo em relação aos valores alcançados nos trimestres anteriores, justificado essencialmente por fatores inerentes ao próprio cálculo do indicador uma vez que se registaram diminuições nos valores médios de dívida.
- A APSS, S.A. no semestre em análise efetuou uma nova adjudicação de prestação de serviços superiores a 125 mil euros, referente ao fornecimento de energia elétrica.

- Em termos gerais e comparando os resultados alcançados no final do 2.º trimestre de 2016, com os verificados no final do ano de 2015, conclui-se que a empresa manteve a sólida situação económico-financeira, apesar de se registarem ligeiros decréscimos nos rácios de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) que, no final do 2.º trimestre de 2016 atingiram, respetivamente, de 2,58 e de 72%.


3. Conclusão

Em suma, o Conselho Fiscal da APSS e atento aos aspetos referidos no Memorando de Acompanhamento do ROC, conclui que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 2.º trimestre de 2016 que contém valores agregados e que permitem uma análise do 1.º semestre de 2016, apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias.

No período em questão, a Sociedade apresenta um desempenho acima do previsto no orçamento, ainda que bastante semelhante ao verificado no período homólogo.

11 de novembro de 2016

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (*Vogal Efetivo*)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (*Vogal Efetivo do Conselho Fiscal*)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Segundo
Trimestre de 2016

Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Segundo Trimestre de 2016

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao segundo trimestre de 2016, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2016”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos, (iv) programa “pagar a tempo e horas” e (v) a aplicação das normas da contratação pública.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2016”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

mm

Y
SD

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por "Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2016".

6.2 Com referência a 30 de junho de 2016, a Empresa apresenta um saldo a receber do cliente Marina Marbella no valor de 527 milhares de euros, em relação ao qual foi constituída uma imparidade de 431 milhares de euros. Considerando a antiguidade global do saldo em dívida, que no presente exercício ainda não se verificaram quaisquer recebimentos e que foi interposto um processo em tribunal contra a referida entidade, recomendamos à APSS que pondere a constituição de uma imparidade para a totalidade do saldo em dívida.

6.3 Com referência a 30 de junho de 2016, no âmbito do "Programa pagar a tempo e horas" e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
(dias)	(1)
<u>56</u>	<u>54</u>
<u>70 (2)</u>	<u>65</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2015

(2) Este cálculo inclui facturas não aceites pela APSS, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros (conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 2º Trim.).

m14

7
S

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

27 de outubro de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.